



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC**

**SECRETARIA:** Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Universidade Virtual do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por

**EMENTA:** Perfil dos alunos. Questionário socioeconômico. Atendimento parcial da demanda. Fornecimento de dados filtrados e, subsidiariamente, acesso mediante assinatura de termo de responsabilidade. Provimento recursal condicionado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 203/2017**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, número SIC em epígrafe, sobre o perfil e questionários socioeconômicos dos alunos.
2. Em resposta, o ente apresentou informações referentes a idade, escolaridade, cor e renda dos alunos que prestaram o último vestibular, mantendo a resposta em recurso. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente recurso a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a complementar as informações fornecidas, enviou novos dados relativos aos cursos de Engenharia e Licenciatura. Cientificado, o interessado solicitou o envio dos dados de toda a Universidade, e não apenas de um único curso.
4. Analisando-se o feito, verifica-se assistir razão ao recorrente, na medida em que as informações fornecidas não atendem totalmente ao quanto solicitado – perfil dos alunos e questionários socioeconômicos preenchidos.
5. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
6. Desde que existente, disponível e pública, a informação deve ser fornecida, de acordo com o artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Importa assinalar que o ente público tem o dever de zelar pelas informações pessoais eventualmente contidas nos documentos sob sua guarda, definidas pela Lei Federal como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV), sendo necessário verificar a possibilidade de fornecer ou facultar consulta aos dados de maneira “filtrada”, isto é, separando-se as informações públicas daquelas de acesso restrito, protegidas por se referirem à esfera íntima individual. Assim, compete tão somente ao ente detentor da informação analisar e verificar se existem dados a serem protegidos, cabendo à Universidade tal checagem, na documentação relativa ao perfil e questionário socioeconômico, antes de permitir o almejado acesso aos dados públicos.
8. Caso a detida verificação ou filtragem dos dados, com ferramenta eletrônica, demande trabalhos adicionais que impactem na rotina laboral do ente, subsiste a hipótese de concessão de acesso condicionada, conforme a previsão legal expressa no §3º do artigo 31, que admite hipótese excepcional de acesso às informações pessoais, mesmo sem o consentimento pessoal, para a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral: “Artigo 31: §3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias: II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem”.
9. Tratando-se de situação em que presentes ao menos dois direitos fundamentais constitucionalmente protegidos – a garantia de acesso a informações públicas e o resguardo da vida privada – busca a legislação compatibilizá-los, de modo a se respeitar tanto o disposto no inciso X da Constituição, voltado à incolumidade do indivíduo em sua esfera íntima, quanto a viabilizar a concretização da norma do inciso XXXIII, afinada com o princípio da publicidade e propiciadora do controle social. Daí a solução legalmente estipulada: havendo interesse público ou geral na realização de estatísticas e pesquisas científicas, cujo resultado pode favorecer a sociedade e ser útil ao Estado, deve ser concedido o acesso devidamente motivado, mas preservada a identidade pessoal, impedida de ser exposta.
10. Evidente que essa modalidade excepcional de acesso a dados sensíveis não pode ser invocada de maneira leviana, tratando-se de informações tuteladas pelo ordenamento jurídico, cuja divulgação pode acarretar sérias consequências. Assim, para assegurar a proteção das informações, o órgão público deve observar procedimentos que transcendem o escopo do Sistema de Informações ao Cidadão, em especial quanto (i) à comprovação da identidade do solicitante, ou, em se tratando de pessoa jurídica, da identidade de seu representante legal; (ii) à existência de relevante interesse público na pesquisa que se pretende desenvolver; (iii) à assinatura do Termo de Responsabilidade previsto no artigo 15 do Decreto nº 61.836/2016.


5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

11. Portanto, a legislação vigente impõe aos entes estatais buscar viabilizar todas as possibilidades de acesso a dados públicos, preservando-se as informações pessoais, sendo que, no caso concreto em apreço, revela-se possível tentativa final de equacionamento, conforme alinhavado nesta decisão.
12. Diante do exposto, em razão do parcial atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento condicionado**, desde que possível a preservação de dados pessoais eventualmente existentes nas informações almejadas, com fundamento nos artigos 11, caput, e 31, §3º, inciso II, da Lei de Acesso à Informação e 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, **recomendando-se** à UNIVESP fornecer o acesso solicitado às informações que detenha, excluindo-se de planilhas e questionários o campo referente aos dados pessoais dos solicitantes – providência que aparenta ser tecnologicamente viável, sem custos adicionais e de simples execução – ou, subsidiariamente, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade pelo solicitante, verificada a finalidade de interesse geral e observados os requisitos e os procedimentos legais pertinentes.
13. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 31 de outubro de 2017.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO